

Apresentação

Há quase duas décadas, a reordenação do mercado internacional de petróleo situava uma questão mais profunda, embora menos evidente, que atingia, de modo abrangente, a realidade energética: a transformação dos padrões de produção e de consumo de energia. A generalização desses padrões, até então estimulada pela oferta crescente de petróleo relativamente barato, foi restringida, na realidade, por limitações de ordem física, técnica, econômica e financeira, mas também sociais e ambientais, que impuseram uma organização diferenciada, segundo países e regiões, aos fluxos energéticos.

A emergência de uma nova concepção para o Planejamento Energético surgiu naturalmente da complexidade dos Sistemas Energéticos, apresentando instrumentos alternativos às limitações do enfoque anterior, setorial, questionado pelas novas condições dos fluxos de energia. A administração isolada de cada fluxo energético, articulando produção e consumo, exigia uma integração ao nível da gestão do Sistema Energético, priorizando a melhor utilização possível do potencial total existente ao longo do tempo.

A década de 1980 trouxe mudanças significativas no elenco de questões concretas a atacar: em particular, a crise da dívida do Terceiro Mundo, as novas descobertas e o "contra-choque" do petróleo de 1986 trouxeram a primeiro plano as restrições de ordem econômica, reduzindo a ênfase na estrita disponibilidade física; a questão ambiental adquiriu novos contornos e urgência, tendendo a ganhar dimensão própria no contexto do Planejamento Energético; e os próprios métodos de planejamento passam por uma segunda revisão, tendendo a buscar a integração de ações de maneira flexível. Entretanto, a mudança de questões reforça a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, capaz de promover os instrumentos conceituais e analíticos solicitados pela transformação dos padrões de produção e de consumo de energia. No Brasil, como em muitos países, os Centros de Ensino e Pesquisa em Planejamento Energético das universidades têm procurado desempenhar uma função relevante na concepção dessa abordagem interdisciplinar. O desenvolvimento de instrumentos capazes de contribuir à melhor gestão do Sistema Energético do Brasil, a partir de uma concepção interdisciplinar, constitui a base das atividades de ensino e de pesquisa, inicialmente da Área Interdisciplinar de Energia da COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro e, mais recentemente, da Área Interdisciplinar de Planejamento de Sistemas Energéticos/Universidade de Campinas e da Área de Energia do Instituto de Eletrotécnica e Energia/Universidade de São Paulo.

A dinamização dessa reflexão e sua divulgação para o conjunto da sociedade estão na origem de um esforço empreendido pelos três Centros de Ensino e Pesquisa acima referidos, contando com a colaboração do Grupo de Agroenergia da Escola Federal de Engenharia de Itajubá, do Núcleo de Energia da Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande e do Grupo de Planejamento Energético da Universidade Federal da Bahia. Esse esforço atinge um de seus objetivos com a publicação da REVISTA BRASILEIRA DE ENERGIA. Aberta a todas as tendências existentes no Planejamento Energético, a REVISTA BRASILEIRA DE ENERGIA buscará ampliar o diálogo entre elas, promovendo a fertilização dos diversos enfoques e a evolução do conjunto.

Outra etapa importante do esforço que visa consolidar o Planejamento Energético no País é a criação da Sociedade Brasileira de Planejamento Energético, entidade aberta e independente, que tem por objetivo a integração e o desenvolvimento das atividades dos planejadores em energia do Brasil.

Os Editores